



Ministério Público do Estado de São Paulo

CADERNO MAPEADO

Auxiliar de Promotoria I (administrativo)

MPSP

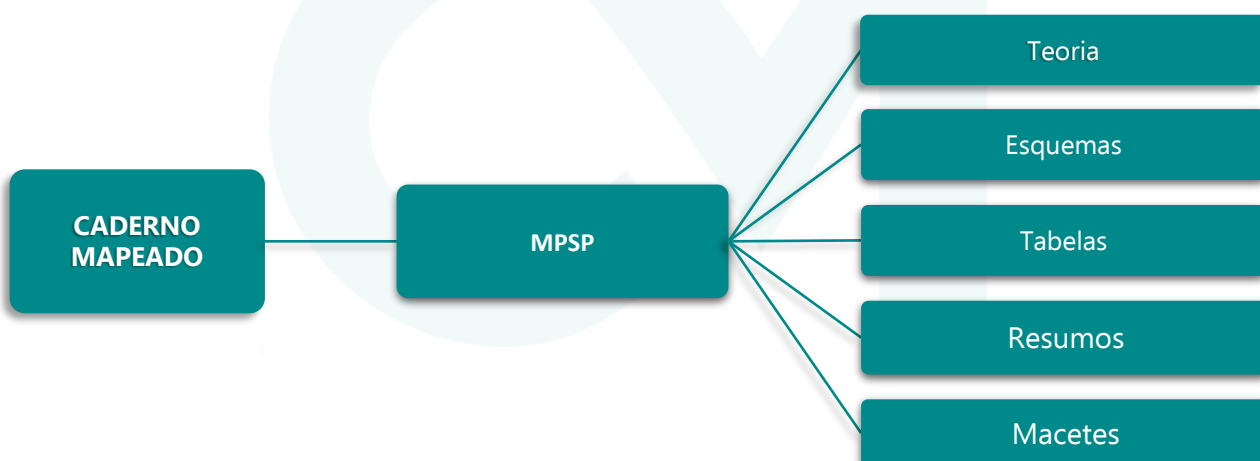
[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Seja muito bem-vindo!

Olá, futuro aprovado no concurso do **Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP!**

Você acaba de baixar a **amostra** do **Caderno Mapeado** para o concurso do **Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP!**

O Caderno Mapeado é um material que compila os principais tópicos do edital, focando em exemplificar a teoria por meio de tabelas, esquemas, resumos e macetes das disciplinas da **Ministério Público do Estado de São Paulo**. Com ele, você é capaz de compreender os principais tópicos e fundamentos de um determinado assunto de maneira facilitada e organizada.



Saiba que você deu um passo rumo à sua aprovação. Estamos entusiasmados por fazer parte dessa jornada de conquistas!

No material completo você terá acesso às seguintes disciplinas do cargo de **Auxiliar de Promotoria I**.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

DISCIPLINAS
Língua Portuguesa
Matemática
Legislação
História
Geografia
Noções de Informática

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!



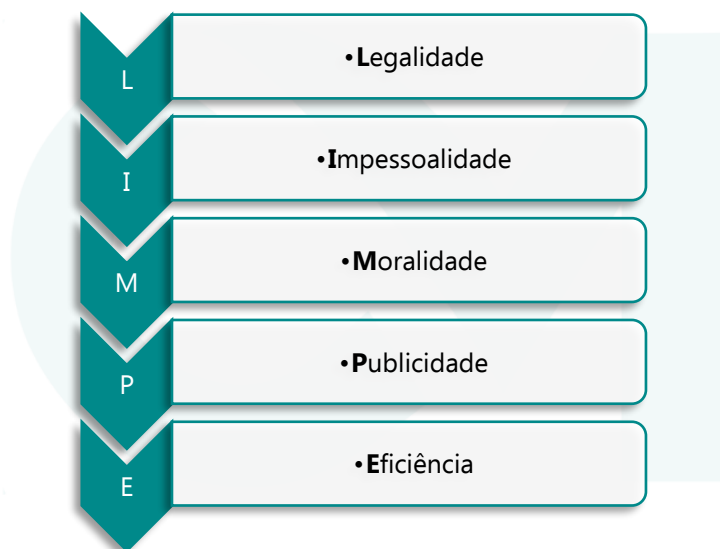
LEGISLAÇÃO

ESTATUTO DOS SERVIDORES

1) Introdução

O Título VI da Lei nº 10.261/1968 representa um dos núcleos mais sensíveis e cobrados em concursos do Ministério Público, sobretudo para carreiras de apoio como o cargo de Auxiliar de Promotoria. Trata-se do conjunto normativo que define como deve agir o servidor público, o que lhe é proibido fazer e quais responsabilidades assume diante de sua conduta, seja ela comissiva ou omissiva.

A Administração Pública, orientada pelos princípios da **legalidade**, **moralidade**, **impessoalidade**, **publicidade** e **eficiência**, exige do agente público uma conduta compatível com a dignidade do cargo. Assim, este Título contempla não apenas regras comportamentais, mas também mecanismos de responsabilização e proteção institucional.



2) Dos Deveres e das Proibições

2.1) Dos Deveres (Art. 241)

O artigo 241 descreve o conjunto de atitudes esperadas do servidor público. O dever de ser **assíduo** e **pontual**, por exemplo, traduz a exigência de comprometimento com a continuidade do serviço prestado à sociedade. A pontualidade e a frequência não são apenas aspectos operacionais, mas elementos de ética pública, pois impactam a confiança do cidadão na Administração.

Também é dever **cumprir ordens** superiores, desde que legais. Caso a ordem seja manifestamente ilegal, o servidor deve representá-la, o que reflete a responsabilidade compartilhada e a obrigação moral de impedir atos contrários à lei. O Estatuto assume postura contemporânea ao reconhecer que a obediência cega não se compatibiliza com a Administração Pública moderna.


[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Outro dever essencial é **desempenhar** com zelo e presteza as tarefas atribuídas. Zelo representa cuidado, atenção e qualidade; presteza indica rapidez e eficiência. Ambos se conectam diretamente ao princípio constitucional da eficiência. Além disso, o servidor deve guardar sigilo sobre assuntos internos, especialmente no Ministério Público, onde há tratamento de informações sensíveis e estratégicas. A violação desse dever pode gerar responsabilização administrativa, civil e penal.

O Estatuto também impõe o dever de **representar irregularidades** às autoridades superiores, reforçando a postura ativa que o servidor deve adotar diante de ilegalidades. A modernização trazida pela Lei Complementar nº 1.419/2024 inclui a possibilidade de o servidor cumprir esse dever por meio de denúncia à ouvidoria, ampliando mecanismos de integridade institucional.

Outros deveres destacam-se pela dimensão ética e comportamental: tratar com **urbanidade**, **residir** no local do exercício do **cargo** quando exigido, manter seus **dados cadastrais** atualizados, **zelar** pelo patrimônio público, **apresentar-se adequadamente**, atender prontamente requisições de autoridades, **cooperar** com colegas e **manter-se atualizado** com a legislação pertinente. Encerrando a lista, um dos deveres mais amplos e sensíveis: proceder na vida pública e privada de forma que dignifique a função pública. Esse dispositivo reforça o entendimento de que a imagem da Administração está ligada à conduta individual de seus agentes.

Dever	Finalidade Administrativa
Assiduidade e pontualidade	Garantir continuidade e regularidade do serviço público
Cumprimento de ordens legais	Manter hierarquia funcional sem sacrificar a legalidade
Zelo, presteza e urbanidade	Aumentar a qualidade do atendimento e a eficiência
Sigilo funcional	Proteger informações e preservar o interesse público
Representação de irregularidades	Prevenir abusos e fortalecer o controle interno
Zelar pelo patrimônio	Evitar desperdício e reduzir danos ao erário
Conduta digna	Preservar a confiança da sociedade na Administração

 O STJ firmou entendimento de que o servidor responde por cumprir ordens ilegais, caso não as questione (RMS 37.031/DF). Já o STF considera que a violação do dever de sigilo repercute nas esferas civil, penal e administrativa (MS 23.452).

2.2) Das Proibições (Arts. 242 a 244)

As **proibições** previstas no Estatuto têm o objetivo de **impedir que o servidor adote comportamentos que contrariem a ética pública**, prejudiquem o serviço ou estejam em conflito com o interesse coletivo. Ao contrário dos deveres — que são obrigações positivas —, as proibições estabelecem condutas que o servidor deve evitar.

O artigo 242 trata, principalmente, de comportamentos inadequados no ambiente de trabalho, como retirar documentos sem autorização, entreter-se em atividades alheias ao serviço, faltar injustificadamente, tratar de interesses particulares na repartição, promover manifestações ou empregar material público para fins pessoais. Essas ações, embora simples, prejudicam o bom andamento da Administração.

Já o artigo 243 apresenta **proibições mais graves**, relacionadas a conflitos de interesses, condutas antiéticas e incompatíveis com a função pública. O servidor não pode celebrar contratos com o Governo, participar de administração de empresas relacionadas ao Estado, requerer privilégios, exercer atividades em empresas com vínculos com a Administração, aceitar representação estrangeira sem autorização, incitar greves, praticar usura ou utilizar sua posição para obter vantagens.

Uma **proibição** muito relevante para concursos é a **vedação** expressa para que o servidor represente terceiros perante repartições públicas, exceto quando se tratar de interesse do cônjuge ou parente até segundo grau. O Estatuto também proíbe a fundação de sindicatos de funcionários, dispositivo historicamente controverso, mas ainda presente no texto legal.

O artigo 243-A traz regras específicas para servidores que atuam como orientadores de estágio, impondo a obrigação de evitar conflitos de interesse e de comunicar impedimentos ao superior. Já o artigo 244 trata do nepotismo interno e proíbe que o servidor trabalhe sob ordens imediatas de parentes até o segundo grau, salvo em cargos de confiança, cujo limite é de dois auxiliares.

Aspecto	Dever	Proibição
Natureza	Exigência de conduta positiva	Impedimento de conduta negativa
Relação com a ética pública	Afirma o ideal de servidor	Evita abuso, desvio e conflito
Finalidade	Melhorar a Administração	Proteger o interesse público

3) Das Responsabilidades (Arts. 245 a 250)


O Capítulo II estabelece como o servidor responde por seus atos, especialmente pelos prejuízos causados ao Estado. O artigo 245 determina que o funcionário é **responsável por danos decorrentes de dolo ou culpa**, abrangendo situações como sonegação de valores sob sua guarda,

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

danos a bens públicos, erros documentais ou de cálculo. O dispositivo reforça a ideia de que a função pública exige cuidado e rigor, e que a negligência pode gerar prejuízos significativos.

A indenização ao Estado é regulada pelos artigos seguintes. Quando o servidor **adquire materiais em desacordo** com a lei, responde pelo custo (art. 246). Nos casos de desfalque ou omissão grave, a reposição é feita de uma só vez (art. 247). Nos demais casos, admite-se desconto parcelado, até o limite de um décimo da remuneração (art. 248), ressalvando-se que erros de cálculo sem má-fé geram penas mais brandas, como repreensão ou suspensão.

O artigo 249 evidencia que o servidor também se responsabiliza quando **delega tarefas indevidas** a pessoas estranhas à repartição, comportamento que afronta a organização administrativa. Já o artigo 250 é fundamental para concursos: estabelece que a responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal, ressalvando apenas que o servidor deve ser reintegrado se absolvido judicialmente por inexistência do fato ou negativa de autoria. Essa previsão está alinhada ao entendimento do STF de que apenas essas hipóteses penais têm repercussão automática na esfera administrativa.

 O STF consolidou que a absolvição penal por falta de prova não repercute na esfera administrativa, mas a absolvição por inexistência do fato ou negativa de autoria sim (RE 226.855). O STJ também reafirma a independência entre as esferas administrativa, civil e penal (RMS 28.900).

4) Conclusão

O Título VI do Estatuto paulista constitui a espinha dorsal do comportamento funcional. Ele define como o servidor deve agir e como será responsabilizado caso descumpra os deveres. Para o candidato ao cargo de Auxiliar de Promotoria, compreender a lógica desses dispositivos é fundamental não apenas para a prova, mas para a prática profissional diária, pois grande parte das atividades no Ministério Público envolve **zelo, sigilo, ética, presteza e responsabilidade** sobre documentos e bens.

HISTÓRIA

DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO BRASIL CONTEMPORÂNEO

1) Introdução

A **história política e social do Brasil** no século XX foi marcada por intensas transformações que moldaram o Estado e a sociedade brasileira. A compreensão desse período é essencial para concurseiros, pois os temas relativos à Revolução de 1930, à Era Vargas, às Constituições republicanas, ao regime militar e à redemocratização aparecem com frequência em provas, especialmente em questões que exigem análise de processos históricos e suas consequências.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A **Revolução de 1930** representou a ruptura da chamada Primeira República ou República Oligárquica, pondo fim à política do café com leite e inaugurando a Era Vargas, um período de centralização do poder, modernização econômica e amplas mudanças sociais. Esse ciclo também trouxe avanços trabalhistas e uma maior intervenção do Estado na economia, mas ao mesmo tempo fortaleceu o autoritarismo e a repressão política.

Ao longo do século, o Brasil foi regido por diferentes **Constituições republicanas**, cada uma refletindo os contextos históricos específicos de sua época. Da primeira Carta republicana de 1891, inspirada no modelo liberal norte-americano, até a Constituição de 1988, marcada pelo caráter democrático e garantidor de direitos fundamentais, esses textos foram instrumentos decisivos para organizar a estrutura do Estado e expressar os interesses predominantes em cada momento histórico.

Outro marco fundamental foi o **período da ditadura militar (1964–1985)**, caracterizado pela centralização autoritária do poder, censura, repressão a movimentos sociais e forte intervenção estatal na economia. Apesar das restrições às liberdades, emergiram lutas sociais e políticas que, gradualmente, impulsionaram a abertura política e culminaram no processo de **redemocratização**, consolidado com a promulgação da Constituição de 1988.

Portanto, estudar esses temas permite ao candidato compreender como se formaram as instituições políticas brasileiras, como se estruturaram os movimentos sociais em resposta a governos autoritários e quais foram os caminhos que conduziram à democracia atual. Esse conhecimento é decisivo para provas de concursos, pois possibilita relacionar a trajetória histórica do país com questões contemporâneas de política, economia e sociedade.

2) A Revolução de 1930: Causas, Contexto e Desdobramentos Iniciais

A Revolução de 1930 é considerada um dos marcos mais importantes da história política do Brasil. Esse movimento não apenas encerrou a chamada **Primeira República (1889–1930)**, também conhecida como **República Oligárquica**, mas inaugurou um novo ciclo de poder centralizado que ficaria conhecido como **Era Vargas**.

a) Contexto da Primeira República

Durante a Primeira República, o poder político era dominado pelas oligarquias rurais, especialmente de **São Paulo** (produção de café) e **Minas Gerais** (produção de leite e pecuária), em um arranjo conhecido como **“política do café com leite”**. Esse sistema consistia na alternância de presidentes entre essas duas elites estaduais, garantindo a manutenção de seus interesses econômicos.

Além disso, o processo eleitoral era marcado por fraudes e pela prática do **“voto de cabresto”**, em que coronéis locais controlavam os votos dos eleitores. Esse quadro gerava insatisfação em outros setores sociais e políticos, marginalizados da participação no poder.

b) Causas da Revolução de 1930

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A crise de 1930 emerge como resultado direto do desgaste político da República Oligárquica, cujo poder estava concentrado nas mãos das elites de São Paulo e Minas Gerais, consolidando a chamada política do “café com leite”. A quebra da Bolsa de Nova York (1929) agravou a crise econômica brasileira, pois reduziu drasticamente as exportações de café, base da economia nacional. Esse cenário fragilizou o pacto político vigente e favoreceu movimentos de oposição.

A sucessão presidencial de 1930 acirrou esse quadro. A candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal enfrentava a imposição de Júlio Prestes como sucessor apoiado por Washington Luís. A fraude eleitoral percebida e o assassinato de João Pessoa intensificaram a insatisfação popular. Assim, a Revolução de 1930 não foi um movimento popular espontâneo, mas uma articulação político-militar que derrubou o governo e impediu a posse de Prestes. A chegada de Vargas ao poder marca o fim da Primeira República, instaurando um governo provisório que promoveu reformas estruturais e centralização política.

d) Esquema – Principais fatores da Revolução de 1930

Dimensão	Causas
Política	Fim da política do café com leite; vitória contestada de Júlio Prestes; Aliança Liberal.
Econômica	Crise de 1929 afetando a economia cafeeira.
Social	Descontentamento de setores urbanos, tenentismo e classe média emergente.
Imediata	Assassinato de João Pessoa.

 **Importante!**

A **Revolução de 1930** marcou a ascensão de Vargas e o início da centralização do poder federal. Foi o fim da política oligárquica e o início de uma nova fase em que o Estado passou a ter papel mais ativo na economia e na regulação social.

É comum a cobrança das causas da Revolução, da ruptura da política do café com leite e da relação entre a crise de 1929 e a instabilidade política brasileira.

3) O Governo Provisório (1930–1934)

Após assumir o poder, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, substituiu governadores por interventores nomeados pelo Executivo e iniciou ampla reorganização administrativa. O Estado passou a atuar diretamente na economia, regulando setores estratégicos para conter os efeitos da crise. Nesse período foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e medidas trabalhistas iniciais, estabelecendo direitos que futuramente seriam consolidados na CLT.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

O governo também enfrentou forte oposição de elites regionais que desejavam restabelecer a ordem constitucional. A Revolução Constitucionalista de 1932, liderada por São Paulo, exigia a convocação de uma nova Constituição. A derrota militar dos paulistas não impediu que Vargas atendesse às pressões políticas, convocando eleições para uma Assembleia Constituinte, que promulgaria a Constituição de 1934.

4) O Governo Constitucional (1934–1937)

Com a nova Carta Constitucional, Vargas foi eleito indiretamente. A Constituição de 1934 trouxe inovações como o voto secreto, o voto feminino e avanços no campo trabalhista. Contudo, o cenário político tornou-se tenso devido à polarização ideológica entre movimentos de direita (Ação Integralista Brasileira) e de esquerda (Aliança Nacional Libertadora). A Intentona Comunista de 1935 ampliou o clima de instabilidade, sendo utilizada como justificativa para medidas de exceção. A partir daí, Vargas fortaleceu seu poder pessoal, preparando a transição para um regime autoritário.

5) O Estado Novo (1937–1945)

O Estado Novo consolidou a face autoritária do governo varguista. A Constituição de 1937, conhecida como “Polaca”, inspirou-se em modelos totalitários europeus e ampliou enormemente os poderes do Executivo. O regime **fechou o Congresso**, perseguiu opositores, instituiu mecanismos de censura e criou um aparato repressivo.

Ao mesmo tempo, promoveu forte modernização econômica, direcionada pelo Estado, através da criação de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional e o Conselho Nacional do Petróleo. No campo trabalhista, a CLT (1943) sintetizou o conjunto de direitos trabalhistas que marcaram profundamente a relação entre Estado, trabalhadores e sindicatos.

5.1) Características principais do Estado Novo

→ **Poder centralizado:** o Congresso Nacional foi fechado e as Assembleias Legislativas foram dissolvidas, concentrando o poder no Executivo.

→ **Constituição de 1937:** conhecida como “Polaca” por sua inspiração em modelos autoritários europeus, suspendeu direitos individuais e fortaleceu o presidente, que passou a governar por decretos-leis.

→ **Supressão de partidos políticos:** todos foram extintos, e o regime buscou controlar sindicatos e associações.

→ **Censura e propaganda:** a censura à imprensa e a propaganda oficial, conduzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundiam a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Repressão política:** opositores foram perseguidos, presos e exilados.

Resumo:

Fase	Características centrais	Marcos históricos
Governo Provisório (1930–1934)	Reorganização do Estado; centralização política; início das reformas trabalhistas	Criação do Ministério do Trabalho; Revolução Constitucionalista (1932)
Governo Constitucional (1934–1937)	Vigência da Constituição de 1934; tensões ideológicas; repressão a opositores	Intentona Comunista (1935)
Estado Novo (1937–1945)	Regime ditatorial; censura; corporativismo; industrialização estatal	Constituição de 1937; CLT (1943); CSN (1941)

6) O Brasil na II Guerra Mundial

A **Segunda Guerra Mundial** (1939–1945) foi o maior conflito armado da história, envolvendo mais de cinquenta nações e resultando em cerca de 70 milhões de mortos. Diferente da Primeira Guerra, que se concentrou na Europa, a Segunda teve caráter realmente global, abrangendo a Europa, a África, a Ásia e o Oceano Pacífico.

A participação brasileira no conflito insere o país em uma agenda internacional decisiva. Inicialmente neutro, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos através de **acordos econômicos e militares**, que resultaram em investimentos em território nacional, como a construção da CSN. Após ataques alemães a navios brasileiros em 1942, o governo declarou guerra ao Eixo. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) lutou na Itália ao lado dos Aliados, o que influenciou profundamente o cenário interno.

O envolvimento na guerra **enfraqueceu o discurso autoritário** do Estado Novo, pois se tornava contraditório combater regimes totalitários no exterior enquanto sustentava um governo ditatorial dentro do país. A pressão popular e militar levou à deposição de Vargas em 1945, marcando o fim do Estado Novo e a redemocratização do Brasil.

Assim, com o **término da guerra** e a derrota dos regimes autoritários na Europa, a manutenção de uma ditadura no Brasil tornou-se insustentável. Em outubro de 1945, Vargas foi deposto por militares, encerrando o Estado Novo e iniciando o processo de **redemocratização**.



Tome nota!

Pontos recorrentes são a Constituição de 1937, a CLT, o DIP, a entrada do Brasil na Segunda Guerra e a deposição de Vargas em 1945.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

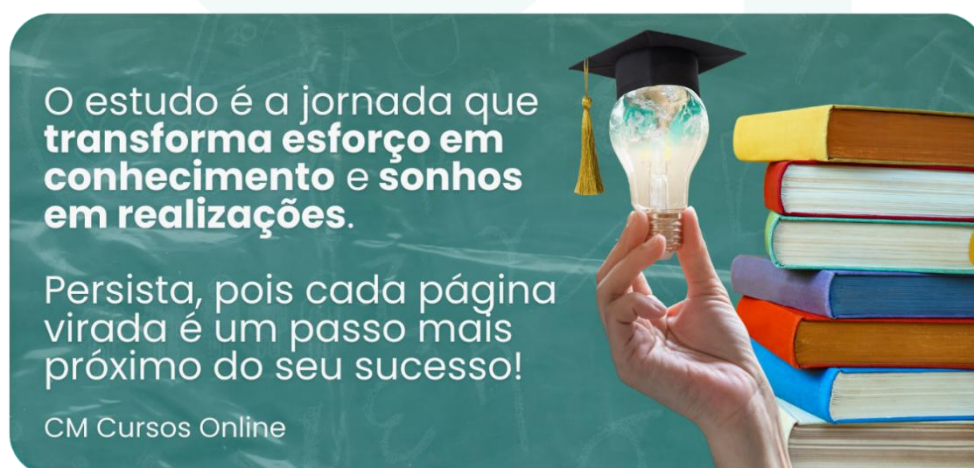
Parabéns por ter chegado até aqui.

Futuro(a) aprovado no MPSP: viu como é fácil estudar pelo material estruturado de forma eficiente e inteligente? É o que a gente fala aqui, estudar não precisa ser chato, desgastante e monótono.

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo.

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)



Bora para cima!